

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
15 de agosto de 2016 - Nº 518 - www.sindipetrocaxias.org.br



Reunião com a Gerência da Transpetro

Depois de três reagendamentos pela empresa, o presidente do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, e os diretores Cardoso, Felipe Pontes e André Marino se reuniram com a gerência da Transpetro, no dia 02 de agosto. Com o objetivo de discutir a situação dos trabalhadores diante da ameaça da possível criação do cargo “Técnico de Operação Mantenedor”, o sindicato apresentou a seguinte pauta com demandas da categoria:

1- Treinamento dos Técnicos de Manutenção em atividades operacionais diferentes das de competência de seus cargos;

Houve um ruído de comunicação local entre a gerente responsável e o supervisor de Japeri. A intenção é que os técnicos de manutenção do gás apenas conheçam o processo no óleo para posteriormente darem apoio operacional, assim como ocorre no gás.

Para isso, fazem-se necessários treinamentos específicos e modernização das atividades operacionais tornando-as visíveis e operáveis pelo CNCO (CNCL).

Enquanto isso será garantido um operador no local sem prejuízo aos demais.

2- Proposta da Transpetro para a migração de cargo;

A empresa não pretende mudar trabalhadores de cargo, porém admite que há um número superior de TST's em relação a exigência legal.

3- Condições das instalações na base de Japeri;

A empresa está mobilizada em concluir a reforma do prédio de Japeri, instalando

mobílias ociosas de prédios desativados pela Petrobrás. Os departamentos responsáveis já foram formalizados via DIP.

4- Redução do número de operadores no terminal de Campos Elíseos;

Não souberam responder quanto ao estudo (metodológico e sistemático) da redução do número de operadores no TECAM conforme indica a NR-20, itens 20.7.5 e 20.7.5.1, porém garantiram que continuam com três por turno até ser apresentado ao sindicato, numa próxima reunião, que provavelmente vai acontecer na primeira semana de setembro.

5- Número mínimo na operação dos terminais;

Segundo a gerência, eles estudam reduzir o número mínimo com base na diminuição de operações nos turnos, bem como a automação das operações.

Dessa forma, não estão levando em conta os riscos ambientais nem possíveis acidentes decorrentes da falta de operadores. Estas faltas são decorrentes de férias, afastamento por doença ou até mesmo deslocamentos de emergência. Além disso, defendem que há uma equipe

de manutenção de sobreaviso caso haja demanda.

6- Condução de veículos da empresa durante deslocamento;

A empresa não irá obrigar os técnicos a dirigir veículos, porém quer uma proposta para viabilizar a condução em pequenos trajetos. A gerência desconhece as práticas em outras bases, mas deseja alinhar uma proposta que abranja todo o Brasil. Esta manobra visa somente a redução de custo com transporte. O sindicato ficou de levar uma proposta para a próxima reunião.

7- Possível proposta de novo regime de trabalho para garantia operacional das instalações;

Está sendo discutida na empresa há quase um ano, porém não chegaram ainda a um consenso devido a vários regimes de trabalho na Transpetro.

8-Troca de trabalhadores entre as bases de origem.

A gerência ficou de apresentar na próxima reunião a movimentação por base conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Trabalhadores sentem os efeitos do golpe com perda de benefícios

Como já era de se esperar nos tempos em que estamos vivendo, mais uma demonstração de que as coisas podem piorar foi dada pela gerência da REDUC. No dia 9 de agosto foi levada a amplo conhecimento da força de trabalho do CIC, a proibição do acesso à internet, dentre outros ataques aos trabalhadores.

Ainda há rumores de que alguns ônibus de turno serão substituídos por carros

menores, o que no passado já trouxe diversos transtornos aos trabalhadores, pois ficam mais vulneráveis a assaltos e outros riscos no trajeto para o trabalho.

Segundo um operador da linha T-20 (Bento Ribeiro), que já está afastado há dois anos das atividades de operação em turno da REDUC, o transporte coletivo foi substituído por RT. “Digo isso com toda certeza, pois fazia parte

dessa linha há 8 anos e esta semana uma RT foi até a minha antiga residência me procurando para levar para o trabalho. Eles são tão desorganizados que nem me tiraram da lista”.

É importante frisar que o Sindipetro Caxias não foi notificado a respeito de qualquer desses assuntos, ou seja, até então são atitudes unilaterais da gerência da REDUC.

Não assine a Medição de Efetivo

Está acontecendo na REDUC uma série de Medições de Tempo nas atividades dos trabalhadores de turno, na passagem de turno e nas rotinas do dia-a-dia. Essa pressão é o aperto dos órgãos públicos na adequação à NR-20.

Apesar da empresa dizer em vários momentos que possui informações técnicas do número adequado para cada setor de trabalho operacional, o que vemos não é bem isso. E, além disso, as gerências setoriais correm

NR-20

para buscar fundamentos para justificar o número atual, que é insuficiente para atender as unidades de processo, forjando tempo que não reflete a realidade atual.

O sindicato solicitou uma discussão com a empresa para conhecer a técnica utilizada e participar na real amostragem das medições, mas sem sucesso. Técnicas internacionais estão sendo utilizadas para melhor expressar o real quadro de pessoal nas áreas industriais e, com isso, já garante o firmamento do número mí-

nimo necessário nas unidades.

Conversa fiada, sem a participação do sindicato o sistema de medição não transmitirá a transparência que ela precisa à base petroleira. Pedimos desta maneira, para toda a força de trabalho não participar e não assinar qualquer tipo de documentos de medição de efetivo.

Realizem suas atividades nos padrões operacionais na rotina e na passagem de turno com a segurança que tem deve ser para mostrarmos aos gestores que do jeito que está não pode ficar.

Processo de Avanço de Nível

A Petrobrás deve cumprir o processo de Mobilidade por Antiguidade conquistado pela FUP. Todos os trabalhadores enquadrados a ganhar nível e serem promovidos por antiguidade, que tem prazo, têm o direito garantido no ACT.

O Critério da Antiguidade foi uma conquista dos trabalhadores. Muitas lutas e greves foram feitas para romper com a meritocracia existente que só beneficiavam os amigos dos gerentes.

Quem tem antiguidade deve ter seu

direito garantido, mas caso você leve um golpe e isto não ocorra, procure o sindicato e leve a FRE (Folha de Registro de Empregado). Já o processo de avanço por mérito está parado, pois a Petrobrás aguarda ainda o RH externo, também conhecido como interventor.

OPEP: Brasil terá maior crescimento global na produção de petróleo

Enquanto o Congresso discute a abertura da maior riqueza do mundo descoberta no Brasil neste século, o pré-sal, para as multinacionais estrangeiras, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) divulgou, no dia 10, em seu relatório mensal, que elevou a previsão para a produção da commodity

no Brasil para este ano.

A expectativa subiu para 3,11 milhões de barris/dia, um aumento de 10 mil barris diários de petróleo (BPD). A Organização prevê para 2017 que haja um aumento expressivo de produção



no Brasil: 260 mil barris diários. Trata-se do maior volume entre todos os países produtores de fora do cartel. No cenário global, a produção brasileira crescerá quase o dobro do

Canadá, o segundo do ranking.

PRÉ-SAL no centro do Golpe

O Impeachment não se resume ao tema do Petróleo e da subordinação da economia brasileira a interesses de grupos econômicos internacionais. Inclui o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas para atender aos interesses dos grupos patronais internos, cujas Federações de Indústria e entidades empresariais vêm financiando o golpe.

O plano de governo do presidente golpista Michel Temer desmonta a Con-

solidação das Leis do Trabalho – CLT, põe fim à exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal e abre brechas para a transferência de todos os ativos do Estado brasileiro para a iniciativa privada, inclusive a Petrobrás.

Cabe ao povo ir para as ruas e pressionar os parlamentares para impedir que os blocos do pré-sal sejam entregues a consórcios estrangeiros e que conquistas sociais, duramente alcan-

çadas com lutas da classe trabalhadora sejam sepultadas.

O que está em curso no Brasil é um golpe contra o povo e contra a soberania nacional na área energética. O impeachment da presidente Dilma, sem crime de responsabilidade comprovado, é um golpe de Estado e como tal deve ser repellido por todos os brasileiros que defendem a democracia em nosso país!

Petróleo como patrimônio estratégico nacional

Quando a Petrobrás investiu em pesquisas e tecnologias e encontrou a mega reserva do pré-sal, o país estava à beira de uma nova rodada de licitações de áreas de petróleo. Com a descoberta, o então presidente Lula, mandou que fosse rediscutido o marco regulatório e criou a Lei da Partilha, na qual a Petrobrás deve ser operadora exclusiva com pelo menos 30% na produção dos campos e com parte dos recursos destinados à educação e saúde.

“*Acabar com a Lei da Partilha é tirar dinheiro da saúde e da educação*”

O Projeto de Lei 4567/16, de autoria do então senador entreguista José Serra (PSDB/SP), atualmente ministro das Relações Exteriores do governo interino do golpista Michel Temer, acaba com a obrigatoriedade legal da Petrobrás ser a operadora exclusiva do Pré-Sal, entregando para as multinacionais o controle destas reservas. Além disso, o projeto põe fim à garantia de participação mínima de 30% que a estatal brasileira tem nas

áreas do Pré-Sal.

Segundo Zé Maria, Coordenador Nacional da FUP, acabar com a Lei da Partilha é tirar dinheiro da saúde e da educação. “O pré-sal contém de 200 bilhões a 300 bilhões de barris de petróleo. Em uma conta de padaria, 30% de 200 bilhões são 60 bilhões de barris. O único presidente de empresa petrolífera que não quer 60 bilhões de barris de petróleo em reservas é Pedro Parente. Não conheço nenhum outro. Se não fizermos uma campanha aos moldes do que foi a do “Petróleo é Nosso”, o recurso vai voar daqui”.

Petroleiros coletam assinaturas na Câmara para projeto de plebiscito sobre o futuro do Pré-Sal



Nesta quarta-feira, 10, dirigentes e militantes da FUP e de seus sindicatos iniciaram em Brasília uma força tarefa para coleta de assinaturas dos deputados federais em apoio ao Projeto de Decreto Legislativo que convoca a realização de um plebiscito para que a população se posicione sobre o futuro do Pré-Sal.

A proposta de consulta popular foi

feita pela Federação e referendada pelos deputados federais Henrique Fontana (PT/RS), Wadih Damous (PT/RJ), Chico D'Ángelo (PT/RJ), Paulo Teixeira (PT/SP), entre outros, que protocolaram na terça-feira (09) o projeto, que precisa da subscrição de pelo menos 171 parlamentares para que seja acolhido pela Câmara.

Trabalhadores da BR entram em greve dia 15 contra privatização

GREVE

Na próxima segunda-feira, os trabalhadores da BR Distribuidora iniciam uma greve de cinco dias em diversas regiões do país, contra a privatização da subsidiária e o desmonte do Sistema Petrobrás. O Sitramico-RJ se manifestou, afirmando que a greve é motivada pela nova modalidade de venda da BR Distribuidora, que cede 51% das ações ordinárias ao comprador.



Acesse o site presalemjogo.com.br e pressione os parlamentares contra o PL 4567/16 que entrega o Pré-Sal



Carta Compromisso dos Petroleiros da Transpetro

Nós Petroleiros, reunidos no II Seminário Nacional dos Petroleiros da Transpetro, realizado em Salvador, dos dias 5 a 7 de agosto de 2016, após os debates e mesas temáticas, entendemos que é necessário ampliar a conscientização da categoria e de toda a sociedade. Diante da conjuntura nacional e crise internacional do setor do petróleo, ampliada pela crise política que está instalada no Brasil, se faz necessário mostrar a importância estratégica e essencial da Transpetro para a sobrevivência da Petrobrás. Essa verdade é expressa na nossa frase de luta:

“DEFENDER A TRANSPETRO É DEFENDER A PETROBRÁS E O BRASIL”.

Greve dos petroleiros

Após os relatos dos representantes dos Sindicatos da FUP quanto à greve de petroleiros de 2015, ficaram evidentes pontos bem positivos no que diz respeito à participação maciça dos petroleiros da Transpetro na greve, bem como o surgimento de novas lideranças e a renovação da militância, com a adesão da nova geração de petroleiros.

Porém, ficou também evidente a necessidade de melhoria na comunicação dos Sindicatos com a base. E isso se faz com a realização de assembleias setoriais informativas, orientações pré-greve e também o uso de novas tecnologias de comunicação, como whatsapp, vídeos curtos e redes sociais. Também foi dada a importância da centralização e ampla divulgação das informações em tempo real pela FUP durante as mobilizações.

Diante dos desafios que se avizinham, é necessário inovar os métodos de realização de mobilização ou formas de luta, com a realização de greves rápidas e objetivas. Isso porque, com as análises feitas durante o seminário, chegou-se à conclusão de que houve pouco impacto na produção durante a greve do ano passado.

Importância estratégica

Com a ajuda da assessoria da FUP e do DIEESE, foram demonstrados os números da Transpetro, que deixam claro o papel vital dessa empresa na manutenção da Petrobrás integrada, viabilizando de forma estratégica a geração de caixa da companhia.

Foi detectado que se faz urgente um esclarecimento para a sociedade sobre importância estratégica da Transpetro para a Petrobrás e para o Brasil (estando presente em 20 dos 27 estados do país) e dos riscos que a população brasileira corre, se for concretizada a tentativa de privatização desta empresa ou a venda de ativos estratégicos. Isso porque o preço do serviço de logística não será mais controlado pela Petrobrás e pelo Estado brasileiro. O que poderá gerar aumento dos preços dos derivados, com impacto direto na economia do país.

Estratégia jurídica

Foram debatidas estratégias jurídicas de luta para tentar impedir a entrega da Transpetro e esclarecidas dúvidas em relação à greve e formas de luta. Nesse contexto, foram avaliadas as possibilidades jurídicas para viabilizar a incorporação da Transpetro pela Petrobrás e a proteção de sua força de trabalho.

No entanto, o campo judicial não é o caminho principal pelo qual conseguiremos evitar o desmonte da Petrobrás e a privatização da Transpetro.

É necessário que cada trabalhador se aproprie da realidade de que, inevitavelmente, teremos de realizar uma greve nacional de Petroleiros contra o desmonte da Petrobrás e em defesa dos interesses do Brasil e dos nossos empregos.

COMPROMISSOS

Desta forma, os trabalhadores reunidos construíram os seguintes compromissos:

1. Defender a manutenção da Transpetro 100% Petrobrás;
2. Defender a Petrobrás integrada e todas as suas subsidiárias;
3. Promover a conscientização dos petroleiros do Sistema Petrobrás sobre a importância da Transpetro e das suas subsidiárias para a companhia;
4. Manter a defesa do Pré-Sal no regime de partilha, com a companhia como operadora única, garantindo a soberania nacional e o fortalecimento da Petrobrás integrada;
5. Defender a política de conteúdo nacional como garantia de conquistarmos o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos no país;
6. Construir, junto aos Sindipetros, uma luta unificada com os sindicatos dos marítimos da Transpetro e outras subsidiárias (BRD, PBI, FAFENs e demais);
7. Manutenção da mesa unificada do Sistema Petrobrás nas negociações de acordo coletivo;
8. Conscientizar os petroleiros sobre a importância de au-

mentar a sua participação nos fóruns de debates e nas direções dos sindicatos, aumentando, assim, a força das entidades na luta pela Petrobrás integrada;

9. Lutar por nenhum direito a menos:

9.1. Nos Acordos Coletivos de Trabalho;

9.2. Pela recomposição do efetivo nas unidades da Transpetro, principalmente pela segurança dos trabalhadores, devido às saídas dos Petroleiros pelo PIDV;

9.3. Construir, até o fim de agosto de 2016, junto aos Sindipetros, um Dia Nacional de Luta na Transpetro. Com atos contra o assédio moral e os comportamentos antissindicais, em especial contra a tentativa de demissão do trabalhador da Transpetro e dirigente sindical de Cabiúnas;

10. Iniciar o movimento de formação nas bases com a campanha “Orgulho de ser petroleiro: contando a história de Luta dos petroleiros e seu papel no desenvolvimento do Brasil”;

11. Realizar a campanha de convocação de luta “Manter viva a organização e a chama da resistência”, conforme deliberação do VI PLENAFUP;